Entrevista Carlos*

P = Pesquisador

E = Entrevistado

*pseudônimo

P – Então a minha ideia é mais pensar nessas interações e no aporte de tecnologias. Eu lembro que você falou muito da questão de 2014, da Copa, enfim, do centro de controle, e eu queria primeiro, como é um roteiro fechado, o que eu tinha até te perguntado quando eu te entrevistei da primeira vez, uma síntese da tua trajetória mais para situar...

E – Na verdade eu entrei na Brigada em 11982, portanto um período antes da Constituição de 88. Saí da academie em 1985. Fui atuar no então Batalhão de Choque. E era um momento de extrema ebulição, porque os movimentos sociais estavam muito ativos. Principalmente essas questões de ocupações, reintegrações. E definições constitucionais muito fortes na questão dos direitos e garantias fundamentais. Tinha todo um movimento das Centrais Únicas dos Trabalhadores. Enfim, uma série de movimentos sociais buscando garantias constitucionais naquele período. Então trabalhei no Choque de 85 a 88, quando então fiz curso de especialização na área de bombeiro e tal e aí me especializei mais nessa área aí. Trabalhei num período de mais ou menos 15 anos nessa atividade aí de atendimento pré-hospitalar, essas coisas assim, me direcionei mais para um... foi um projeto embrionário do SAMU hoje existente no país inteiro. E depois fui cedido, digamos assim, fui trabalhar junto ao governo. Trabalhei no governo do governador Olívio Dutra. Trabalhei com o secretário Bisol. E depois voltei. Trabalhei... instalamos na prefeitura a secretaria municipal de direitos humanos e segurança urbana. Na época a secretária foi a Helena Bonumá se não me falha a memória. E coordenei a Guarda Municipal de Porto Alegre nesse período. Um período também bem complexo, porque nós queríamos que a Guarda atuasse junto com os fiscais da Secretaria... SMIC, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Então também uma proposta bem assim inovadora. E depois retornei pra atividade da Brigada. Enfim, trabalhei um pouco na Assembleia. E por fim trabalhei na organização do programa do governo Tarso Genro, que foi eleito por primeiro turno naquela ocasião e depois fui comandar a Brigada. Que foi um momento bastante interessante, eu acho, no país, que foi 2013, as chamadas Jornadas de Junho, e depois a Copa do Mundo. E 2014, final de 2014, vim pra Justiça Militar, onde estou até agora. Trabalhando aí que... tentando mostrar pra sociedade o que é a Justiça Militar, qual a importância dela na estrutura de poder e das instituições. E em especial na contenção, no controle social dos policiais militares e integrantes da Brigada. Esses são os jurisdicionados aí.

P – Como o trabalho gira em torno das tecnologias e você já tem uma trajetória desde os anos 80 queria que você... se você conseguir fazer uma... dar a tua percepção sobre eventuais mudanças que ocorreram no aporte de tecnologias para o aparato policial desde que você entrou. Se você consegue ver momentos de maior aporte de tecnologias e como elas passaram a ser utilizadas, se teve muita mudança desde os anos 80, se não teve, enfim.

E – Na verdade, teve. Enfim, imagino que tenha tido sim mudanças bastante significativas que influenciaram na atuação da polícia junto à sociedade. Eu recordo que em 86, 88 ali, a gente tinha dificuldade de identificar pessoas, de conduzir pessoas, de identificar focos de violência nas manifestações por exemplo. Então eu sempre partia de um acordo com a liderança. Tinha

normalmente uma liderança: “oh o que acontecer com o pessoal aqui é tua responsabilidade. O que acontecer com o meu pessoal é responsabilidade minha”. Então tinha uma troca assim. Hoje tu não tem uma liderança identificada no movimento. Cada um é meio por si. E o que ajuda muito são tecnologias de videomonitoramento, câmeras. Eu me recordo no episódio da Copa do Mundo, no primeiro jogo que teve aqui em Porto Alegre, eu estava no Centro de Comando e Controle, e nós monitoramos toda a ação de dois ou três pessoas, duas ou três pessoas que estavam depredando, estavam vandalizando, vamos chamar assim, pelo meio do imageador colocado na aeronave da Brigada. Portanto... e aí a gente conseguiu identificar e conseguiu prender aquelas pessoas e tirá-las digamos assim, três pessoas, e isso sem nenhuma violência, sem nenhum constrangimento a quem quer que seja. Eu me lembro que durante o percurso ele veio aqui na Borges, depredou o Tribunal de Justiça, subiu, ele trocou de camisa para não ser identificado e tudo isso está filmado, tudo isso foi acompanhado por mim dentro do Centro de Comando e Controle, comandando a tropa por via de telefonia, celular, rádio, enfim. Então é uma questão extremamente importante. A questão da comunicação entre as guarnições da polícia também é um aspecto extremamente importante que não se conseguiu ainda mudar do sistema analógico pro sistema digital, mas isso é uma mudança que precisa ser feita, que os governos precisam investir, porque hoje qualquer pessoa ouve as comunicações dos policiais. Inclusive eles estão utilizando tecnologia de celular, Whatsapp e coisa, para evitar que o criminoso interfira na rede. Então o servidor, o próprio soldado, vamos chamar assim, ele se comunica com outro ou com o seu superior por meio do Whatsapp para evitar que o delinquente capte a mensagem e a sua localização. E também, por outro lado, sistemas de videomonitoramento ou de câmeras no interior de viaturas, tanto filmando para dentro quanto para fora, tem propiciado segurança à sociedade das ações da polícia. Portanto uma das questões que eu mesmo sempre defendi foi de que nós, policiais, na época, não deveríamos nos preocupar com pessoas que estão nos filmando ou filmar uma ação da polícia. Porque de fato não tem nenhum problema, é transparente, tem que ser assim, e o cidadão tem direito à identificação do policial, a filmar a ação. A não ser que a pessoa não quiser que seja filmada. Mas eu acho que são tecnologias extremamente importantes que garantem, digamos assim, o exercício da cidadania, o exercício e a garantia dos direitos individuais e coletivos das pessoas. Então eu acho que essa questão da tecnologia ela também fez com que os policiais mudassem o comportamento. Hoje, se ele quiser agredir uma pessoa ou efetuar algo que não seja de acordo com aquilo que ele está fazendo, é extremamente complicado, complexo. Eu até aqui relatei um processo aqui no Tribunal de Justiça Militar há questão de uns 3, 4 meses onde o soldado foi preso... aliás, o cidadão foi preso e conduzido pra delegacia. E na delegacia tinha câmeras e ele estava algemado. E claro, tu não ouve o que o cara diz pro brigadiano, mas tu vê o brigadiano agredindo o cara. Ele deu dois tapas ou dois socos no rosto da pessoa que estava presa e algemada. E aqui ele foi condenado pela imagem. Não havia ninguém na delegacia, não havia testemunha, era só ele e a vítima. No entanto a imagem condenou aquele servidor por ter agredido o cidadão dentro da delegacia. Então eu acho que isso é extremamente importante. Eu sempre citei essa questão principalmente na Copa do Mundo nos estádios de futebol. Quer dizer, a Inglaterra resolveu problemas de violência em seus estádios com câmeras, com videomonitoramento, com identificação facial, enfim, todas questões que ajudam a polícia a principalmente controle de massa, que é um negócio bem complexo. As pessoas usam... se utilizam de um movimento de massa para se protegerem e praticarem delitos e crimes, etc. E a tecnologia tem um papel fundamental nisso.

P – E você falou que você identifica uma mudança. Você consegue identificar algum ou alguns momentos específicos... eu sei que você já me falou da Copa do Mundo, enfim... em que você

viu uma mudança muito rápida na incorporação de tecnologias e quais tecnologias foram compradas, enfim.

E – Por exemplo, nós... sob o argumento da Copa, nós tínhamos por exemplo robô anti-bomba, que é um negócio que a Brigada vinha querendo conseguir há muito tempo e não conseguia. Helicóptero... nós adquirimos duas aeronaves. Tinha uma mochila que filmava. Então o soldado carregava aquela mochila e ele ia filmando e aquela imagem repercutia dentro do QG da Brigada, na sala de Comando e Controle, onde nós poderíamos comandar as tropas. "Olha, vai pra cá, vai pra lá, faz isso faz aquilo, prende aquele, solta esse, ignora esse". Então tecnologia que ajudou muito e uma viatura. Nós tínhamos uma viatura em experiência que tinha também câmeras que a gente colocava aqui nos viadutos e tal onde a gente monitorava todo o movimento. Até eu me lembro, por exemplo, numa das manifestações que tiveram em 2013, que houve... logo no início assim, que incendiaram um ônibus ali na João Pessoa, e aí a gente começou a usar a tecnologia para desviar o trânsito, inclusive em acordo com a EPTC, para evitar de deixar ônibus ou coisas assim muito fáceis de serem depredados ou vandalizados. Então... e também um sistema que a Brigada vem desenvolvendo há alguns anos já, acho que desde a década de 90, início dos 2000, de consórcios de municípios onde eles colocam câmeras em determinados municípios onde a polícia pode monitorar por exemplo um assalto a banco, uma explosão de um caixa eletrônico ou um caminhão forte, enfim. Às vezes um município não tem recurso financeiro para muito servidor ou viatura, essas coisas, então se monitora por câmeras, coloca num determinado município um centro de videomonitoramento e tu garante a segurança das pessoas e da sociedade de maneira geral. Acho que isso já é muito frequente na Europa e outros países, porque tu não vê a polícia nas ruas. Agora se tu comete crime, imediatamente ela está presente. Me parece que isso é um sinal de economicidade, aproveitamento de recurso humano por meio da tecnologia. Eu sempre disse: para ter uma ideia, um helicóptero em atividade em policiamento ele equivale a 30 viaturas em atividade. Ou seja, isso está cientificamente provado. Se tu considerar que cada viatura tem 2 policiais, são 60 pessoas em termos de recursos humanos que o Estado vai deixar de contratar em tese. Então para a gente ter um raciocínio assim. Eu acho que esse aporte tecnológico ele vem a partir dos anos 2000 muito forte. Acho que a polícia ainda está... porque depende de recurso, e as polícias militares têm dificuldade. A polícia federal é uma polícia que já se adequou a isso muito bem, mas é menor, então tem melhores condições de implementar isso, e também o próprio país é muito grande. Tem áreas que são muito complexas de fronteira, na Amazônia, mesmo aqui às vezes não tem sinal, essas coisas de Internet e tal. Mas eu acho que é extremamente importante. E esse, se a gente quiser balizar um marco assim, acho que foi a partir de 90, na década de 90, onde o Centro Integrado passa a fazer parte da estrutura de segurança pública do estado ali no prédio da Segurança Pública. Antes era no comando da brigada, depois ele passa para a Secretaria de Segurança Pública. Então portanto eu acho que isso dá um "up" assim de modificações. Como é? As ligações telefônicas passam a ser gravadas, monitoradas, então tudo isso me parece uma melhora significativa em questão de aporte de tecnologia. Em especial na questão de comunicação.

P – E nessa incorporação de tecnologias você conseguia identificar dificuldades em relação ao próprio treinamento dos policiais, à forma como... você já tem um método específico de lidar com certas situações... como se incorporar tecnologias, se há dificuldades, se há capacitações de treinamento para usar as tecnologias, enfim.

E - Na verdade, sim, tu precisa... embora os policiais mais novos se adaptam melhor às tecnologias do que os mais antigos, vamos chamar assim. E por outro lado, principalmente

questão de imagem, ela muda comportamento ao natural. Então quanto o policial sabe que está sendo filmado ele tem uma preocupação maior, me parece, ao ponto de isso ficar trivial e ele não mais se preocupar com isso. Mas acho que houve sim um período de preocupação nesse sentido. Mas lembro de a brigada ter constituído uma capacitação específica para toda a instituição, a não ser para aqueles que iam operar o sistema mesmo. Por exemplo, a gente comprou robô. Bom, aí aquele pessoal do GAT, que ia usar robô anti-bomba e tal ele recebeu treinamento. A gente criou lá... ampliou o sistema de monitoramento ou o imageador do helicóptero. Bom, o pessoal então do aéreo começou a trabalhar com isso, entende? Então na verdade as capacitações elas foram restritas aos operadores do sistema. Não teve assim, me parece, pelo menos que eu lembre, acho que não teve mesmo uma estratificação da educação nesse sentido.

P – E quais seriam os órgãos envolvidos nessa rede de tecnologias? Queria entender um pouco. Tá, tem a Brigada ali, mas existem outros órgãos? Você fala da comunicação... como funciona...

E – É, na verdade me parece que há uma disputa meio que eu não consegui vencer e identificar. Por exemplo... que a Prefeitura tem um sistema de monitoramento da cidade. Esse sistema, pelo menos na Copa do Mundo, que foi o maior evento do país talvez desse período, nós não recebíamos, ou seja, ele não se comunicava com o sistema da Brigada. Então há uma precariedade, digamos assim, de compreensão da importância disso. Então, por exemplo, se a Prefeitura tem um sistema já pronto, por que que ele não pode fornecer pra a Brigada ou o contrário? Então essas instituições elas não se conversam muito. O sistema da prefeitura é da prefeitura, o do estado é o do estado, que monitora Porto Alegre, não vai monitorar o estado. Mas tem por exemplo... no Centro estadual lá tem a Brigada, os bombeiros, a SUSEP, a Polícia Civil e o Instituto Geral de Perícias. Então, por exemplo, dá um acidente na cidade, vamos supor. Uma pessoa morre atropelada. Bom, aí... ou tem um acidente com preso em ferragem e morto, vamos supor. Bom, vai gente dos Bombeiros, vai gente da Polícia Civil, vai gente do OGP pro local, entendeu? E isso agiliza o processo. Agora, para eu saber que houve um acidente, a EPTC não retransmite a imagem. Tem que haver um chamado pro 190 para identificar. Ou pro 193, que é o número dos bombeiros. Então há uma... não sei se é uma disputa de poder talvez, ou sei lá, de interesses difusos, eu não sei. Não consegui identificar, mas eu quando comandei a Brigada não consegui receber da Prefeitura o espelhamento das imagens da cidade, coisas que eles fornecem pra imprensa, por exemplo. Seguidamente a gente vê jornalista dentro do sistema. E pra polícia tem. Então é um negócio que ainda não se evoluiu no sentido de economicidade de aproveitamento das tecnologias. Países por exemplo, eu sei que mais, a Europa, principalmente a França, o sujeito liga um número, seja para energia elétrica para acidente de trânsito, para água, está tudo ali centralizado. Talvez um dia a gente consiga chegar a esse patamar. A gente propôs isso em termos de proposta de governo, mas nunca avançou numa central única, digamos assim, onde o cidadão liga, seja porque faltou luz, porque faltou água ou porque morreu uma pessoa, ou porque tem que chamar o samu, enfim, hoje existem várias centrais. Por exemplo, se tu precisa do SAMU tu liga pro 192, se tu precisa do bombeiro... quer dizer o cara tem que decorar ali os números ou ter o cartão de um número de emergência, enquanto no mundo inteiro é um número só. E isso seria possível de fazer, entretanto, não sei por que, no Brasil não se faz.

P – É, e a própria ideia do centro está ligada à integração. Centro integrado.

E – É, centro integrado. Para integrar. Só que integra por exemplo aqueles atores ou instituições, mas aqueles atores que estão sob o guarda-chuva de um ente estatal público, por exemplo. Eu não consigo integrar Prefeitura com estado. Eu consigo integrar a EPTC com a guarda municipal,

mas eu não consigo integrar a Brigada com a EPTC por exemplo. Ou a Polícia Federal, porque são entes de estrutura política diversa. Então é uma questão que o Brasil vai ter que avançar com certeza, vai ter que avançar.

P – Inclusive em manifestações. As imagens do município não chegavam...

E – Não sei como está agora. Até 2014 não tinha.

P – Agora mais especificamente pensando na interação com movimentos sociais, existia um modelo de interação... vocês tentaram construir um modelo de interação com manifestações? Ou com movimentos sociais em momentos fora de manifestações, em um controle que também se dá além do protesto? Enfim, vocês tentaram construir um modelo especificamente naquele contexto que era um contexto de grande ebulição?

E – Na verdade, o que aconteceu? Nós... aí eu digo porque eu comandava a Brigada bem na época... nós fomos evoluindo. Assim como o movimento foi evoluindo nós temos. No início nós fomos pegos de surpresa. Em fevereiro teve uma manifestação do Pula Catraca e tal... um negócio assim. E depois em junho... maio junho começou a evoluir muito fortemente, com Blacl bloc, com outras características. E nós fomos aprendendo, tanto é que na primeira manifestação queimaram um ônibus. Bom, daí a gente foi tomando medidas para isso, cada manifestação tinha um mote específico. "Olha essa manifestação aqui então a informação que a gente tem que é vai haver depredações... ah essa manifestação agora eles vão querer botar fogo em posto de gasolina... ah essa manifestação é a imprensa o mote. Ah é comunicação, então eles vão tentar depredar lojas de celulares". Essas coisas. E essa, digamos assim, essas informações elas iam fluindo pela questão das informações... do sistema de informações que a Brigada tinha e também por aparatos de Facebook, Twitter, porque hoje as redes sociais são muito abertas. Então a gente mais ou menos tinha um cálculo. "Olha, via de regra tem 10, 15% daquelas confirmadas". Então a manifestação com 10 mil pessoas confirmadas pelo Facebook por exemplo nós tínhamos lá 10 a 15% de controle. Então e também essas... nós procuramos estabelecer... nós fizemos cursos de proteção para jornalistas. Os jornalistas precisavam se defender, porque eles estava na linha de frente. Então eles ficavam entre a Brigada e os manifestantes. E às vezes o sistema... principalmente black bloc e outros atacavam a tropa e atacavam jornalista também. Então a gente fez curso de capacitação, de proteção deles e tal. Então houve assim uma estratégia, digamos assim, de pesquisa por parte da polícia nas redes sociais e nas comunicações abertas, sem edição, que era o que nos interessava. Porque a edição não nos interessava, porque tinha um viés mais político. Então a gente tinha um monitoramento assim. Claro que hoje já existem softwares de monitoramento disso. Nós não tivemos acesso a isso. Até eu quis comprar e tal e não consegui. Mas, enfim, acho que a gente teve um mudança por parte da inteligência da polícia no controle disso. Houve um aprendizado, um crescimento, houve algumas violências, truculências por parte da polícia no início. Nós tivemos o episódio do Tatu Bola. Então tudo isso foi nos ajudando a formar um conceito e uma metodologia que respondesse aos interesses do governo e aos interesses da sociedade como um todo. Não que fosse dicotômico. Mas nós precisávamos, digamos assim, de uma política de redução de danos. Então isso tudo foi bem marcante.

P – E em relação aos usos dessas tecnologias, vocês tinham assim... vocês entravam em grupos de Facebook ou em perfis específicos de ativistas?

E – Tu monitorava. Eu não sei se foram... se a inteligência da Brigada chegou a criar fake, por exemplo. Isso eu não saberia te dizer. Tinha lá... inclusive eu me lembro de um oficial que estava dentro do sistema, inclusive acampando com os manifestantes, essas coisas assim. Era o nosso,

digamos assim, elemento mais infiltrado. Mas eu acredito que não havia muita necessidade... tu colhia por informação da internet. Facebook, Twitter, Instagram, essas coisas. E as reuniões eram muito controladas, entendeu? Então o movimento ele controlava muito. Eu fazia reuniões às vezes com as lideranças sindicais. A CUT, CGT e outras. Mas esses episódios eles eram menores. As centrais sindicais, CUT, Central Geral dos Trabalhadores, acho que era essa, e também CPERS, outras... quando havia uma manifestação sindical "ah vamos fazer uma paralisação geral". Como foi o caso da greve dos rodoviários, etc. Era mais fácil, porque tinha uma liderança identificada. E tu negociava com o movimento. E também tinha uma questão, digamos assim, de direito trabalhista envolvida. Era uma greve, era uma paralisação... bom isso, isso não é a polícia que tem que resolver. Isso é a Justiça do Trabalho, sindicato, enfim. E tinha liderança identificada. Então era mais fácil pra polícia. Imagino que... e o movimento disperso "nah não tem liderança, não sei o que"... a gente mais ou menos sabia quem eram as pessoas, mas eles também tinham uma liderança relativa, porque de repente o movimento enveredava para um lado e eles não conseguiam segurar. Então esse monitoramento era feito pelo poder que a gente tinha de interlocução pelas mídias sociais. Eu imagino que os caras não se identificavam como polícia, entendeu? Mas é isso, se tu entrar num chat por exemplo e se identificar como polícia vai todo mundo rir. "A polícia entrou", entendeu? (risos)

P – Você falou que tinha um que ia... ele ia nas reuniões do Bloco de Lutas por exemplo?

E – Eu acho que ele participava mais das coisas mais abertas, porque, por exemplo, a reunião do Bloco de Lutas: as reuniões deliberativas do Bloco de Lutas eram três, quatro, entendeu? Faz na casa da pessoa. Não tem como entrar, entendeu? Então a gente não tinha influência na liderança e, por exemplo, o Bloco de Lutas ou black bloc ou seja outro movimento que for é três, quarto que vão decidir, entendeu? E aí quando ia pras reuniões, bom, tinha 50, 60 pessoas. Tu faz uma reunião sigilosa com... com 5, 6 já é difícil. Então a gente não... na verdade o que a gente tinha às vezes usava o apoio que o governo tinha dentro dos movimentos para buscar informação, entende? Porque também havia uma espécie de... não digo parceria, mas uma espécie de troca entre algumas liderança s do governo que tinham conhecimento do movimento, participava do movimento, etc. E alguma informação vinha. Mas não antes. Via de regra essas informações elas vinham depois. Ou durante o evento. "Oh, os caras vão fazer isso, agora vão fazer aquilo", entendeu? Era as informações que a gente tinha, mas fora isso...

P – E não sei se você tem essa informação: se se consolidou esse modus operandi de busca pelas redes sociais, de fazer esse rastreamento digital assim, se hoje é uma prática...

E – Eu acho que sim. Eu acho que sim. Imagino que sim, porque, por exemplo, a questão dos Lanceiros. Por que a Brigada operou às 19hs ali numa ação inédita? Porque ela estava com informações de que ali naquele horário era onde tinha menos pessoas, imagino eu, entendeu? Bom, como é que ela descobriu isso? Através das informações de Internet, de rede social. Eu acredito que sim. Acho que o monitoramento ele se dá muito pela rede social. Que não adianta, entende? Se bloquear a rede social e vai fazer como? Vai fazer outra coisa?

P – É, que a rede social permite que se amplifique o movimento, mas também...

E – Também é aberto, entende? Qualquer jornalista pode acompanhar, por exemplo. Ah, é interesse do movimento também que se estratifique a informação também. Claro que eu digo às vezes nem o próprio líder do movimento ou as lideranças ali sabiam. Que às vezes a Brigada precisa saber "olha, por onde é que vocês vão caminhar?", por exemplo para a gente fazer a segurança e tal. Diz "ah não sei". Uma hora ia pra cá, outra hora ia pra lá, sabe? Mudava muito.

Então eles também não... pela... isso é uma mudança comportamental, digamos assim, do movimento que depois de 2013 se configurou muito. Então isso dificulta a ação da polícia.

P – E no final das contas vocês produziam por exemplo um banco de dados? Tinha algum lugar em que vocês jogavam essas informações para ter depois e resgatar?

E – Sim. Eram feitos relatórios com a identificação das pessoas, com a questão do modo de agir do movimento. Diz "olha, os black bloc agem assim". Que nem tem as facções. Mal comparando. Não sei se é uma comparação muito própria ou muito adequada. Mas os Bala na Cara, os Mano os Brasa (etc)... eles têm um modus operandi. Assim também têm os black bloc, os "Marighela Vive", a juventude e esquerda, agora não me lembro mais os nomes. Mas cada um tinha um perfil assim. Uns mais violentos, outros menos. Uns dava para dialogar, outros não, sabe? Então isso foi se consolidando também, a polícia também foi conhecendo como agiam e tal. Pela prática, digamos assim. Diz "oh esses aqui vão atuar ali na Lima e Silva, Cidade Baixa, os outros atuam mais no Centro, o pessoal gosta mais de ir pela... sei lá... pelo túnel, outros entram pela Borges". Enfim, era mais essa a informação, porque na verdade as informações de detenção, crime, etc, ficava com a Polícia Civil. A Polícia Civil é que pelas imagens acabava identificando e abrindo inquérito, investigando essas coisas. A Brigada não. A Brigada era mais uma atuação nessa linha assim de tentar prevenir algumas ações.

P – A Polícia Civil também tinha acesso às imagens...

E – Sim, sim. Também. Também fazia as imagens dela.

P – É, no próprio processo esse que tem em relação aos manifestantes de 2013 tem muitas imagens.

E – Imagino que sim.

P – Tem algumas perguntas que já foram respondidas. Estou bem satisfeito já. Não sei se você tem alguma questão ainda que você gostaria de trazer, de tratar.

E – Acho que, talvez, o que eu senti falta assim na gestão é de uma compreensão por parte do governante da importância do aporte em tecnologia. Ainda... o Brasil ainda não despertou, digamos assim... embora no caso do governador Tarso tinha uma compreensão disso, mas havia uma série de barreiras, pelo governo, e não pelo governador, mas pelo sistema de governo para tu evoluir. Por exemplo, o cercamento eletrônico da cidade a gente não conseguiu fazer, a mudança de analógico para digital a gente não conseguiu fazer, sabe? Então questões de cunho financeiro que seriam um aporte de investimento inicial, mas que no médio e longo prazo iriam reduzir questões. Eu sempre faço um paralelo da questão de segurança pública com saúde pública. Porque são duas atividades extremamente semelhantes, digamos assim, e na política pública com muita semelhança. Por exemplo, um posto de saúde. Se os enfermeiros, médicos tiverem uma política de limpar o banco ele não tem uma política preventiva. Então o banco vai estar sempre lotado. "Mas eu limpei o banco, fiz o meu papel". É mais ou menos a polícia: "eu prendo bandido, cumpri meu papel", sabe? E não atua preventivamente, não atua de maneira mais eficaz. E eu acho que a tecnologia ajuda muito isso. Principalmente questão de monitoramento, escuta telefônica, tipos de delito que acabam... não é o cara que fuma maconha na esquina, mas sim o sujeito que trafica pessoas, dinheiro. Então, os próprios crimes dentro da Internet e tal. Então eu sentia assim uma incompreensão ainda por parte da política, de quem faz a gestão política do estado, como um tudo, e aí União e município no sentido de aportar as instituições com tecnologia: câmeras, videomonitoramento, cercamento eletrônico, coisas que

iriam reduzir a violência e a criminalidade. Não sei se reduzir a violência, mas a criminalidade sim, porque a gente esta vendo que o Brasil é um país violento. Tomara mude, mas então isso eu acho que seria importante.

P – Você acha que é uma questão de que as pessoas acham que não é importante.

E – Não, é questão de prioridade. O governo deve fazer escolha. E a escolha por segurança pública ou por investimento em tecnologia ela não é ainda um fator fundamental para questões de segurança pública. Nesse sentido que eu falo.

P – E, eu lembro que eu cheguei a falar com o Alberto Koppitke, que estava em Canoas lá e ele falou da questão do custo da manutenção de tecnologias que envolve lá uma atualização dos softwares e que caso não se faça esse investimento a tendência é que se perca essa tecnologia.

E – É, o shotspoted, que é um... e também o governo, o governante ele precisa de resultado imediato. Ele não atua no médio prazo. Por exemplo, tu instala o shotspoted, ele não dá resultado em um ano? "Esse troço não me serve", entendeu? Enquanto que esse negócio para dar certo tu leva 10 anos talvez, não sei, entendeu? Por exemplo, eu me lembro que eu tentei investir em armas não letais. Bom, isso foi pro próprio servidor um negócio complicado. Que, po, vou atirar no cara e não vai parar. Tipo assim, que momento? Sabe, então, mas no geral não há resistência a tecnologias de armamento não letal, por exemplo. Só que o governo entende que... a própria sociedade quando tu vai para uma discussão por exemplo do Orçamento Participativo, onde a sociedade... que que a sociedade quer? Viatura e arma, entende? E diz "não, quem sabe a gente compra uma câmera e bota uma arma não letal"? "Não, daí não serve".

P – É que a câmera não é tão visível, não fica ali.

E – Não está materializado ali.

P – É, tu vê uma viatura, tu te sente seguro.

E – Então essas questões elas ainda têm muito o que caminhar. E acho super importante que a academia esteja se debruçando sobre esse tema, porque de fato uma política pública tem que ter na sua estrutura... bom, um pouco isso está sendo mostrado nas campanhas políticas. O próprio Marchesan se elegeu sem estúdio, na rua, filmando, sei lá, com uma GoPro, eu acho. Entendeu? Quer dizer, o Barach... enfim, as pessoas estão usando as tecnologias principalmente de Internet para... talvez isso ajude a fazer o governante entender o quanto é importante investir nessas questões de aporte tecnológico. Em especial pra polícia, que precisa. Nós prendemos criminosos com... o cara ele fez a rota pelos... aquele... Streetview. Então, quer dizer, ele traçou toda a fuga dele, o assalto pelo Google, entendeu? (risos). O Google Earth mostra tudo, entende? Vias de acesso, fuga e tal. Quer dizer, e a polícia não se dá conta disso. Eu me lembro que eu fui visitar o cara do SICRED, era lá e São Paulo, e o cara me mostrou na hora "ah está acontecendo um assalta na cidade lá, acho que é Correira não sei o que... no teu estado". E eu disse "como assim?" "Está aqui, nós estamos vendo". O cara online, assistindo o assalto, entendeu? Lá em São Paulo. Eu disse "po cara, vocês tem que". Ele disse "não sei o que". E as empresas também. Não é só o governo. Porque o empresariado também não ajuda. Entendesse? Então são coisas assim oh... que precisa. Tanto a sociedade quanto o governo se darem conta que a tecnologia evita... na área de segurança evita crime. Com certeza, entendeu? E é muito melhor tu atuar na prevenção do que depois do caso concreto, da repressão, enfim.

P – É, agora que você falou disso... só mais uma questão... eu lembrei que... eu tenho tido a impressão... não sei se vai ter manifestação nos próximos tempos, mas que eu lembro que teve

toda aquela questão... não tanto aqui, mas São Paulo, Rio... como se criticou a repressão policial às manifestações e tal. E eu tenho uma impressão... não fiz um estudo sobre isso, mas que nas últimas manifestações parece que há menos presença de um policiamento ostensivo. Eu não sei em que medida também esse controle está sendo feito pelas tecnologias e que não envolve mais tanto a polícia na rua.

E – É, pode ser.

P – Porque tem tanto essa questão de que se produz uma crítica ao policiamento quando existe uma repressão aos manifestantes...

E – E a própria polícia... o policial não gosta de se sentir xingado, achincalhado ou agredido. Então tu tem que proteger o policial. E a tecnologia ajuda nisso também. Eu lembro... esse exemplo do robô é muito claro. Ao invés de o cara ir lá detonar a bomba ou ver se o pacote tem explosivo, vai o robô. Bom, se explodir explode o robô. Vai lá e compra outro. Agora, a pessoa não, entendeu? Então para isso é um exemplo extremamente importante que é visível. Agora eu não sei. Porque de fato as manifestações ficaram muito deprimidas, regrediram muito em relação ao que eu passei no comando da brigada. Tinha momentos em que tinha 20, 30 mil pessoas se manifestando no estado. 50 mil. Hoje... entendeu? Não sei por que esse fenômeno, mas enfim, ele está aí. E também a polícia por sua vez também reduz o seu... eu não sei por emprego de tecnologia ou... na verdade estaria aqui especulando. Nós dois. Teria que ter mais dados assim para ver. Mas é isso... eu acho que... não sei se te ajudei muito.

P – Ajudou bastante.